

**GLOBALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO, E MERCADO DE TRABALHO:
DISCURSOS SOBRE DOMÍNIO DA LÍNGUA INGLESA E EMPREGABILIDADE
E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DO BRASILEIRO ***

Marli ROSA

RESUMO *Da perspectiva teórica da Análise de Discurso de Escola Francesa (especialmente Pêcheux (1988) e Orlandi (1999)), apresento um estudo dos dizeres existentes na sociedade brasileira sobre o domínio da língua inglesa e sua importância para a empregabilidade no mercado de trabalho globalizado.*

Partindo da contextualização histórica sobre a globalização, sua influência no mercado de trabalho e na educação, desenvolvi considerações sobre a identidade do jovem brasileiro. Para tanto, analisei dados de entrevistas feitas com alunos de Ensino Médio de duas escolas públicas da região metropolitana de Campinas. Nessas entrevistas, eles expressaram suas opiniões e sentimentos em relação ao conhecimento da língua inglesa, ensino em escola pública e suas expectativas quanto ao futuro profissional, entre outros assuntos. Também fizeram parte do corpus de análise desta pesquisa anúncios de empregos, nos quais verifiquei a exigência de conhecimento de inglês para cargos destinados a pessoas com até o Ensino Médio (que, pontencialmente, se destinariam aos alunos entrevistados) e cargos destinados a candidatos com Ensino Superior.

Além do estudo sobre o descompasso existente entre mercado de trabalho e educação face à globalização, apresento uma análise de como os discursos a respeito da língua inglesa e empregabilidade influenciam a constituição da identidade do aluno brasileiro.

ABSTRACT *From the theoretical perspective of the French School of Discourse Analysis (Pêcheux (1988), and Orlandi (1999)), this article presents a study on the discourses currently in the Brazilian society involving the knowledge of the English Language and its importance to the employability in the globalized job market.*

Considering the historical context of globalization, its influence on the job market and on the education, it is analysed the identity of the Brazilian learners. The corpora used

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentado ao Curso de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 27 de março de 2003, orientada pela Prof. Dra. Carmen Zink Bolognini.

consist of interviews with students in secondary public schools, in Campinas, and job openings from classified jobs of two newspapers. During the interview, the students expressed their opinion and feelings about topics such as knowledge of English language, public school education, and expectations about their professional future. The job openings from classified jobs were necessary to detect if English knowledge was part of the requirements for getting a job considering those job openings requiring a university degree and those not requiring one.

Besides the development of a study enlightening the non-existence of compatibility between the globalized job market and education, it was also analysed the discursive functioning of the discourses involving English language and employment, and their influence on the constitution of the identity of Brazilian students.

EXPLICANDO O ASPECTO ECONÔMICO DA GLOBALIZAÇÃO

A definição da palavra *globalização* pode ser feita a partir de aspectos culturais, sociais ou econômicos. Em minha dissertação, uma vez que meu interesse consistiu em abordar a questão do mercado de trabalho em sua relação com a educação - em especial o ensino de Língua Inglesa como Língua Estrangeira (LE) -, optei por privilegiar o aspecto econômico.

Para falar do atual momento histórico, Alves, em vez de utilizar o termo “globalização”, emprega a expressão “mundialização do capital”, pois defende que a chamada “globalização” não consiste de uma mundialização de trocas (de mercadorias e serviços), mas sim de uma “mundialização das operações do capital, em sua forma industrial ou financeira” (1999: 60)¹.

Até meados do século XX, a produção de mercadorias e serviços eram as formas tradicionais do modo de desenvolvimento das atividades capitalistas. No entanto, no final do referido século, ganhou destaque a especulação financeira, através da qual é possível obter lucros sem passar pelos tradicionais processos produtivos. A especulação financeira consiste em as empresas abrirem seu capital no mercado de ações, vendendo suas ações primeiramente a um grupo seletivo e fechado de investidores profissionais. Em um segundo momento, suas ações são vendidas nas bolsas de valores abertamente a todo o público, inclusive em nível mundial (via *Internet*). O que Alves denuncia em

¹ Em minha dissertação de mestrado, também optei por priorizar o termo *mundialização do capital*. Porém, atualmente acredito que deixar de utilizar o termo *globalização* também constitui um silenciamento na história. O termo *globalização* abrange o fenômeno da *mundialização do capital*, mas aponta também para outros aspectos além do econômico. Vivemos em um mundo muito diferente do de nossos antepassados, uma vez que a globalização influenciou e ainda está influenciando nosso modo de viver. Isso envolve mudanças, por exemplo, não somente no aspecto econômico, mas também nas diversas formas de cultura e na política de línguas, em nível mundial.

relação à especulação financeira é que ela não gera produção de bens para o mercado consumidor e, desta forma, não gera empregos no interior das empresas.

Acrescido a esse cenário econômico, também no final do século XX, em função da alta produtividade do trabalho humano e do crescente desenvolvimento tecnológico, ocorreu concomitantemente um fenômeno que ficou conhecido como “crise da superprodução”: empresas com estoques abarrotados, sem mercado consumidor capaz de absorver toda a sua produção. Esse período ficou conhecido como o das grandes crises econômicas.

Então, a fim de enfrentar o problema da saturação dos mercados consumidores, as empresas tomaram duas decisões: 1) buscar novos mercados, e 2) elaborar novas formas de aumentar a produtividade – e, portanto, o lucro - sem aumentar a produção, para não saturar ainda mais, com mercadorias excedentes, o mercado consumidor.

O TOYOTISMO E SUA INFLUÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO

O modelo de produção estabelecido foi o *toyotismo*, um conjunto de inovações, no âmbito da rotina de trabalho, idealizadas e implementadas pela primeira vez na fábrica de veículos da empresa Toyota, no Japão, em idos da década de 1950. O *toyotismo* consiste em aplicar, na empresa, vários protocolos organizacionais, entre eles, gostaria de destacar o *just-in-time/kan ban* e a linearidade da produção, cujas conseqüências afetam o mundo do trabalho e da educação.

O *just-in-time* consiste em organizar a produção e o estoque dos itens produzidos em função dos pedidos encaminhados antecipadamente à fábrica, de modo a produzir somente o que já está encomendado pelo mercado consumidor, evitando, dessa maneira, saturar o mercado com produtos em excesso. Uma conseqüência desse tipo de organização da produção é a tensão gerada nos funcionários: afinal, seu emprego fica garantido apenas temporariamente. Assim, até mesmo o sentimento da segurança do emprego - comum até idos do século passado e cujo último porto seguro no Brasil é a carreira pública - se apresenta agora, no contexto globalizado, como sendo apenas *just-in-time*.

A linearidade da produção, que se iniciou no setor de produção e depois se estendeu aos demais departamentos das empresas, consiste em rearranjar as operações de trabalho necessárias para a produção da mercadoria, de tal maneira que um funcionário polivalente possa, sozinho, realizar todas as tarefas envolvidas na produção, incluindo também as tarefas de controle de qualidade. Um exemplo seria as empresas montadoras de veículos, onde um funcionário apenas, com auxílio de um robô, monta vários automóveis e também faz todos os testes de controle de qualidade e as eventuais alterações necessárias. O produto final - o veículo, neste exemplo - é inteiramente montado com a utilização da força de trabalho de apenas um funcionário.

Diversas conseqüências resultaram da aplicação, em escala mundial, do *toyotismo* nas empresas globalizadas, sendo que, no âmbito do trabalho, as principais são: o crescimento do desemprego e o aumento das exigências de qualificações do trabalhador

O crescimento do desemprego em larga escala ocorreu porque, neste novo modelo, são necessários menos funcionários para desempenhar as mesmas tarefas, em função da reorganização do trabalho e também por causa do aumento do uso de tecnologia aplicada (como os robôs e computadores, cada vez mais sofisticados e adaptados para as rotinas de trabalho específicas de cada empresa).

Conseqüentemente, houve um aumento da exigência da qualificação profissional, uma vez que o trabalhador atual precisa realizar tarefas que são mais complexas e variadas em comparação com aquelas realizadas nas antigas fábricas tradicionais.

EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE NA GLOBALIZAÇÃO

Com a globalização, uma das questões centrais que emergiu fortemente e ainda está em discussão em diversas partes do mundo - em especial nos países que, de acordo com os padrões dos organismos de controle mundial, ainda não possuem um alto nível educacional -, é o descompasso existente entre educação e mercado de trabalho. As empresas exigem cada vez mais qualificações por parte do empregado e reclamam que a escola não é suficiente para formar os profissionais de que necessitam.

E os alunos? Como se sentem nesse contexto de globalização? Como sua identidade é constituída pelo discurso que veicula a língua inglesa como senha de acesso ao emprego, como varinha mágica que abre as portas do trabalho?

Primeiramente, para entendermos o discurso que veicula que o domínio da língua inglesa é necessário para a empregabilidade no mercado de trabalho globalizado, gostaria de expor minha definição do que entendo por empregabilidade no contexto global.

O conceito tradicional de empregabilidade baseia-se na capacidade do indivíduo ser absorvido pelo mercado de trabalho - desta perspectiva, o mercado de trabalho que iria absorvê-lo, mediante a oferta de vagas e procura de mão de obra.

Entretanto, dado o contexto de globalização, defino a *empregabilidade como a capacidade do próprio indivíduo se integrar ao mercado de trabalho mediante a sua qualificação profissional e também da sua capacidade de motivação pessoal (auto-estima)*.

Assim, como a qualificação é tida como um requisito básico para superar a crise do desemprego e, para garantir sua empregabilidade, o trabalhador precisa se atualizar constantemente. A necessidade de motivação pessoal (que é analisada, por exemplo, quando o candidato a um emprego participa das entrevistas e dinâmicas de grupo) é fortíssima e fundamental para conseguir trabalho nas empresas globalizadas. Isso ocorre porque o funcionário tem que lidar, diariamente, com frustrações que estão diretamente ligadas ao modelo produtivo em vigor, ou seja, o *toyotismo*. “Vestir a camisa da empresa”,

incentivar o grupo de colegas ou subordinados, ser capaz de desenvolver tarefas variadas e cada vez com mais produtividade e em menos tempo são condições *sine qua non* para estar empregado atualmente.

Conseqüentemente, levar trabalho para casa não é mais “privilégio” de nós professores: foi-se o tempo daquele discurso que sustentava que “trabalhar em *firma* é melhor do que em comércio porque é só de segunda à sexta, das 8 da manhã às 5 da tarde”. Atualmente é bastante comum as horas de trabalho se estenderem, seja durante a semana ou nos finais de semana, e, em geral, sem pagamento de horas extras. Um outro artifício para estar presente nos momentos de lazer do funcionário é o uso do celular corporativo: a empresa “presenteia” o funcionário com um telefone celular, cuja conta é controlada e paga pela empresa. Em geral esse artifício é utilizado com funcionários em posições estratégicas na empresa, como, por exemplo, os responsáveis por extradição de mercadorias, principalmente exportação².

DESCOMPASSO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO (E VICE-VERSA)

Entretanto, tanto Alves (1999) como Filmus *et cols* (2002) apontam que esse discurso da qualificação profissional como garantia de emprego não corresponde à realidade do trabalho na sociedade atual. Isso acontece porque, se por um lado o toyotismo requer funcionários com qualificações específicas e diversificadas, por outro, esse mesmo modelo produtivo promove o enxugamento de postos de trabalho, gerando um descompasso gigantesco entre quantidade de mão de obra disponível (qualificada ou não) e geração de postos de trabalho. Alves (2001: 6) chega a afirmar que, mesmo se todas as pessoas tivessem condições de se qualificar para o mercado de trabalho, não haveria emprego para todos. Qualificados ou não.

Alves também afirma que, na época do pós-guerra, o modelo de produção capitalista em vigor - o fordismo, baseado na produção em série - veiculava a promessa de integração social das massas, dando origem ao papel integrador da escola. A partir de então, a escola deveria servir de instituição onde a formação do aluno para o mundo do trabalho seria garantida. A educação era vista como um investimento em capital humano individual. Nesse contexto histórico, ocorreu a veiculação do discurso marcante da empregabilidade: a partir da promessa da modernização, articulou-se trabalho, educação, emprego e individualidade.

² Essa invasão das horas de lazer também ocorre com os alunos, que cada vez mais são saturados com trabalhos e mais trabalhos, e até mesmo os finais de semana prolongados não são poupados. Acredito que estamos, dessa forma, nos “vingando”, encontrando nos alunos, inconscientemente, uma oportunidade para “punir alguém” pela nossa rotina estafante. Portanto, defendo que a globalização atinge a todos, não somente trabalhadores.

Apesar do processo produtivo ter se transformado, foram mantidos, contudo, no nível discursivo, os mesmos dizeres sobre a relação imaginária entre qualificação e empregabilidade. Dessa forma, o discurso da destrutividade do modelo econômico propulsor da globalização – isto é, o toyotismo, que não visa a criação em larga escala de novos postos de trabalho - foi e está sendo silenciado em diversas partes do mundo.

Uma consequência desse silenciamento do descompasso entre qualificação profissional e emprego é que, numa situação de desemprego, o responsabilizado é o próprio indivíduo. Se o desempregado está desqualificado profissionalmente, argumenta-se que está desempregado porque não estudou, não se qualificou. Se o desempregado está qualificado, diz-se não conseguiu emprego porque não tem motivação pessoal, não tem auto-estima ou sua auto-estima está baixa. De fato, essas condições existem, porém *não estão sendo usadas para explicar a realidade do desemprego e sim para mascarar a condição atual do desemprego em massa no mercado de trabalho globalizado.*

O ENSINO DE IDIOMAS: SUB-EMPREGO E TOYOTISMO

Um fenômeno que contribuiu para diminuir estatisticamente o nível de desemprego na sociedade capitalista é o sub-emprego.

O sub-emprego se caracteriza por ser um posto de trabalho com as exigências profissionais idênticas às do posto de trabalho tradicional, porém com as garantias trabalhistas (que até então eram garantidas ao trabalhador) diminuídas ou até mesmo anuladas integralmente.

O sub-emprego está presente na terceirização do ensino de línguas. Houve um deslocamento desse ensino da escola - em especial a língua inglesa - para as escolas particulares de ensino de idiomas – que apesar de apresentarem o substantivo “idiomas” no plural, limitam-se, em geral, ao ensino de inglês e, em parte, ao de espanhol. Esse deslocamento vai além da questão da qualidade do ensino de línguas oferecido nas escolas, tanto públicas quanto particulares.

Defendo que **o fenômeno histórico da terceirização do ensino de línguas no Brasil** – objeto de reflexão de Souza (1998) e Bohn (2001) - **está diretamente ligado ao modelo de produção do toyotismo.**

É fato indiscutível o aumento e a rápida proliferação de escolas particulares de ensino de idiomas no Brasil. Nas últimas décadas, diversas redes de franquias se estabeleceram nesse setor e foram abrindo e criando mercado consumidor através de dois discursos: 1) o que sustenta que o ensino de línguas na escola não é de qualidade, e 2) o que veicula que saber inglês é fundamental para a vida profissional de qualquer pessoa.

Seria ótimo, nesses tempos de desemprego crescente, se o aumento dessas escolas gerassem empregos de qualidade. Porém o que se têm são postos de sub-emprego, sem

vínculo empregatício, sem pagamento de horas destinadas à coordenação pedagógica ou preparo de aulas e de materiais, enfim, sem condições mínimas de trabalho para o docente e sem benefícios trabalhistas.

Com os centros de idiomas, o ensino de línguas foi, aos poucos, migrando da escola para esses centros, dando origem à terceirização do ensino de língua estrangeira. Segundo Souza (1998: 5), essa terceirização é inconstitucional e só foi possível porque as escolas privadas, ao lerem o artigo 40 da Nova LDB, que diz “*a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular...*”, viram nessa colocação “*uma oportunidade de aumentar seus lucros e chegaram ao entendimento de que a língua estrangeira, assim como a computação, constituem educação profissional, possibilitando assim a terceirização de tais matérias*”.

Estamos aqui diante da influência do toyotismo no ensino de línguas: aumentar os lucros, reduzindo custos por meio do corte de mão de obra e do estímulo ao sub-emprego.

PROPAGANDA DA LÍNGUA INGLESA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

A fim de abrir e criar mercado consumidor de seus produtos, as escolas de idiomas veicularam fortemente o discurso da língua inglesa como capacitadora para o trabalho, a “chave mágica”, a varinha de condão que abre as portas para o emprego. Tal discurso se sustenta também no discurso da globalização, que apresenta o mundo como uma aldeia global, cuja comunicação entre os diversos países ocorre em inglês.

A fim de tratar a influência da mídia, Sity (1995: 46-7) afirma que a veiculação de propagandas na sociedade consumista só ocorre quando a produção de mercadorias extrapola as necessidades materiais básicas da população. É o que está ocorrendo no setor de ensino de línguas: como há uma concorrência muito grande, fruto do aumento da oferta de cursos de inglês, as escolas fazem um investimento pesado em propaganda, a fim de garantir clientela.

Sity afirma que a propaganda persuasiva ganhou espaço em função da crise da superprodução, pois, à medida que a tecnologia foi avançando, um grande número de empresas começou a produzir mercadorias com qualidade e preços iguais. Segundo a autora, criar e estimular o consumismo é o objetivo das propagandas, que, por meio da persuasão, veiculam um determinado produto como indispensável.

No caso dos produtos relacionados à língua inglesa (desde livros até cursos), seu consumo é estimulado tendo por base a promessa da empregabilidade: o inglês é vendido por meio da imagem de “chave mágica que abre as portas do mundo” (Grigoletto, s/d: 5) - ou como “capacitadora do indivíduo” (Cavallari, 2002).

Assim, as propagandas relacionadas à língua inglesa não servem apenas para vender produtos (sejam livros, dicionários, ou cursos de línguas), mas também, e principalmente, para mudar os hábitos e crenças das pessoas e, ao estabelecer padrões e opiniões,

produz estereótipos em nossa sociedade. Na próxima seção, apresento uma análise sobre o funcionamento dos discursos sobre a língua inglesa e empregabilidade e suas consequências, em especial no que diz respeito à constituição da identidade do aprendiz, sua maneira de se colocar e de se ver em nossa sociedade.

EMPREGABILIDADE, LÍNGUA INGLESA E IDENTIDADE DO ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA³

Apresento, a seguir, um trecho de entrevista realizada com uma aluna do Ensino Médio:

Cristiane⁴ (C): (...) devia dar mais prioridade pro inglês porque hoje o que a gente mais precisa, além do português, é o inglês...

Entrevistadora: Você acha que é mais importante que as outras matérias?

C: Eu sei que é importante saber matemática, geografia, mas se você tiver um curso de inglês... se você saber o que é relevo, o que é clima, isso não vai dar emprego pra você, o inglês vai. Acho que devia dar mais prioridade pra conversação, pra tradução, pra falar e pra escrever, porque não adianta só falar, tem que escrever também, então acho que a gente tem muita dificuldade... muito... precisa saber mais sobre inglês... sair sabendo matemática, mas sabendo inglês também. (...) devia ter mais interesse de ensinar o inglês porque hoje em dia você nem precisa saber mais informática cê vai arrumar emprego eles nem perguntam mais de informática porque a informática cê aprende cê estando na frente, cê já aprende, cê tem que saber inglês porque cê tem que aprender a checar máquina e tá tudo em inglês... como o português é importante, outras coisas também são.

Existe, no aluno de Ensino Médio, o desejo de que a escola lhe possibilite uma qualificação para o emprego, por meio da grade curricular de ensino⁵. Isso só é possível de ser dito porque existe na sociedade um discurso que diferencia dois tipos de ensino: o que qualifica o aluno para o mercado de trabalho e o que não o qualifica. O interesse em ensinar e aprender é colocado em função das necessidades de qualificação profissional e das exigências do mercado de trabalho, ilustrado, pela aluna entrevistada, pela situação de trabalho hipotética na qual o funcionário teria que “checar a máquina”.

No primeiro enunciado destacado - “devia dar mais prioridade pro inglês porque hoje o que a gente mais precisa, além do português, é o inglês...” - , está presente o caráter funcional e instrumental do ensino como um todo - e não apenas o ensino da LE, como é habitual ouvirmos e comentarmos, mas também de todas as outras disciplinas.

³ Para ler análises de mais dados, consultar o capítulo 4 de minha dissertação de mestrado.

⁴ Nome fictício. Profissão: estudante. Idade: 17 anos.

⁵ O psicanalista, filósofo e educador Rubem Alves (comunicação verbal) afirma que a atual grade curricular atrapalha a modernização das instituições de ensino, que não levam em conta o desejo de aprender do aluno. Rubem Alves também destaca, humoristicamente, que a expressão “grade curricular” deve ter sido cunhada por um carcereiro. Concordo e acrescento: um carcereiro provavelmente com diploma de professor...

Ao afirmar que o que “mais *precisa*, além do português, é o inglês”, é resgatada a memória discursiva segundo a qual a língua é um instrumento de comunicação, e, nesse sentido, trata-se de apenas uma ferramenta, algo externo ao sujeito, fora de sua história. O enunciado em questão também significa na relação com o discurso que sustenta a existência de um “fracasso” da aprendizagem escolar em relação a um suposto “domínio total” (imaginário) do português.

Assim, tanto o desconhecimento como a necessidade e também a dificuldade de aprender inglês são remetidos e ancorados no suposto “desconhecimento” da língua materna, situação enfrentada principalmente por alunos de escolas públicas e pessoas de classes sociais menos favorecidas. Em termos de conhecimento linguísticos, há duas línguas cuja necessidade de domínio *mobiliza* o sujeito e seus desejos de completude, ao mesmo tempo em que o *imobiliza* no processo de aprendizagem. O sujeito reconhece que precisa aprender, mas se sente imobilizado diante desta tarefa.

A representação da língua inglesa como uma senha de acesso ao mercado de trabalho se dá por meio da argumentação do enunciado “se você saber o que é relevante, o que é clima, isso não vai dar emprego pra você, o inglês vai”. Essa argumentação se sustenta em pelo menos dois discursos que estão em circulação em nossa sociedade: o da língua inglesa como a língua internacional que abre as portas do mundo e o discurso da empregabilidade, que sustenta que a qualificação profissional - em específico, neste caso, o conhecimento de inglês - garante ao trabalhador a sua inserção ou permanência no mercado de trabalho globalizado.

Nesse mesmo enunciado, “se você saber o que é relevante, o que é clima, isso não vai dar emprego pra você, o inglês vai”, o discurso da empregabilidade é tão forte que o uso do verbo para se referir à inserção profissional é o verbo *dar*: a qualificação profissional - no caso, o conhecimento de inglês - *dá emprego*. Fica silenciado nesses dizeres todo o processo - longo e cansativo, na maioria das vezes - necessário para conseguir a tão sonhada vaga de emprego: entrevistas, testes, dinâmicas de grupo...

A eloquência com que foi proferido este trecho pela aluna apontou para mim a forte carga afetiva vivenciada pelo sujeito-aluno sobre a angústia, sofrimento vivenciado antecipadamente, que ele tem em relação ao medo de não conseguir se adequar ou de não ser aceito no mercado de trabalho globalizado. Para os alunos que estão vivendo a angústia da entrada no mercado de trabalho, imaginariamente a necessidade de possuir conhecimentos de inglês é imperiosa – mais do que saber geografia, por exemplo.

Defendo que essa frustração dos alunos tem origem no fato de que, de acordo com o senso comum, as aulas de inglês da escola pública não bastam, não são suficientes, pois não é “qualquer inglês” que é aceito pelo mercado de trabalho. É aceito apenas o inglês da escola particular de idiomas - o inglês que, imaginariamente, *dá emprego* -, apresentada, por meio das propagandas e da mídia, como o lugar onde o aprendizado realmente acontece (Baghin-Spinelli, 2002). O enunciado “mas se você tiver um curso de inglês” nos remete à legitimação discursiva dos cursos de inglês das escolas particulares de idiomas. Assim, não basta saber inglês. É preciso ter um curso de línguas de uma escola de idiomas.

Em tempos de globalização, saber inglês é tido como uma necessidade vital, que tem respaldo histórico ancorado nas exigências de qualificação profissional: vai de encontro ao perfil do trabalhador requisitado no atual contexto histórico, caracterizado pelas exigências de qualificação profissional feitas pelo toyotismo. Entretanto, nas afirmações da aluna, fica silenciada a questão da idealização do emprego: de que tipo de emprego a aluna entrevistada está falando? Será que em todos os empregos haveria a necessidade de saber inglês para, por exemplo, checar uma máquina? Antes de responder a essa pergunta, vejamos um trecho de uma outra entrevista:

Entrevistadora: E você, também não gosta de inglês também?

Diogo⁶: Não... gostar eu não gosto, entendeu. Eu acho que é meio embaçado falar, entendeu... não é que eu não gosto, é o que ela [sua colega] tava falando: se você não tiver inglês hoje em dia, você não é quase nada, porque, dependendo da situação, chega um gringo lá e daí? Tem que pelo menos ter uma noção, de 100 % do inglês, tinha que pelo menos ter uma noção de 70% pra poder dialogar, não sei ...

O enunciado destacado do trecho acima nos remete à constituição da identidade do sujeito brasileiro através da representação da língua inglesa como capacitadora do ser humano. Falar ou não inglês classifica esse sujeito como sendo qualificado ou desqualificado para o mundo globalizado. Nesse sentido, o sujeito que não “domina” a língua inglesa é, de certa forma, “dominado” por ela, pois tem sua identidade significada por meio de sua relação de não-pertencimento ao mundo globalizado. Isso está presente no exemplo dado pelo entrevistado: quem não sabe inglês “não é quase nada”.

Em suma, no atual momento histórico vivido, *falar inglês apresenta-se, simbolicamente, para o sujeito, de fato como uma necessidade* – ainda que esse sujeito não utilize nunca a língua inglesa, por exemplo, em seu trabalho ou em contato com “gringos”. Em termos de qualificação do sujeito, quando saber inglês é uma necessidade não preenchida, a identidade do sujeito se constitui a partir do lugar da negatividade: é o que não sabe a língua, o que não está qualificado, o que “não é quase nada” perante os demais.

EXIGÊNCIA DE CONHECIMENTOS DE INGLÊS EM ANÚNCIOS DE EMPREGOS

Com o objetivo de verificar para que tipo de emprego o conhecimento da língua inglesa é exigido, analisei anúncios de vagas de dois cadernos de classificados de empregos de jornais de grande circulação: o Correio Popular, da região de Campinas, e O Estado de São Paulo, da região de São Paulo. Investiguei se o inglês é colocado como pré-requisito para dois tipos de vagas: 1) as que requerem Ensino Superior (ou

⁶ Nome fictício. Autônomo, 17 anos.

seja, que não são destinadas a egressos do Ensino Médio); e 2) as que não requerem Ensino Superior, potencialmente destinadas a alunos do Ensino Médio, ou até mesmo Fundamental. Com tal análise, pude confrontar o discurso do inglês como necessidade para a entrada e a permanência no mercado de trabalho globalizado com as cobranças atuais desse mercado em termos de qualificação, em específico, o conhecimento de inglês.

De início, um fato interessante que constatei nos classificados de emprego foi a existência de matérias sobre qualificação profissional em destaque nos jornais: em geral, logo na primeira página. No jornal de Campinas, por exemplo, o título da matéria de capa do classificado era “Facamp lança novos cursos de jornalismo e design”. Matérias deste tipo consistem de propagandas de escolas e cursos e, muito provavelmente, são matérias pagas. O fato dessas matérias estarem no caderno de classificados de empregos confirma a forte preocupação atual em nossa sociedade da realização de cursos voltados para a qualificação profissional. Uma vez que o jornal é um veículo de mídia que tem ampla influência na sociedade, é através também desse tipo de matéria que o discurso da garantia da empregabilidade via educação se estabiliza, silenciando, dessa maneira, discursos que poderiam colocar em destaque a gravidade do desemprego estrutural resultante do toyotismo. Além disso, essas matérias sobre ensino visam sustentar e justificar o enorme crescimento de faculdades particulares e escolas de cursos de “reciclagem”, com o objetivo de alavancar alunos por meio do discurso da empregabilidade.

Constatai, tanto no jornal de Campinas como o de São Paulo, que os anúncios de empregos que exigiam inglês eram aqueles cujas vagas se destinavam a pessoas com ensino superior, em especial cargos de chefia, como engenheiro e administrador. Portanto, o conhecimento de inglês não é requisito básico para a maioria das contratações nas vagas que poderiam ser pleiteadas por alunos do Ensino Médio. Assim, em princípio, os alunos de Ensino Médio não deixariam de conseguir um emprego por não terem “domínio” da língua inglesa.

É interessante notar que a qualificação profissional está tão intrinsecamente relacionada com a educação que o fato de o próprio trabalho ser um elemento qualificador do ser humano é silenciado. Na própria área da Educação, é cada vez mais cobrada dos professores a realização de cursos de “atualização”, “qualificação”, ou, o pior de todos os termos, “cursos de reciclagem”. É silenciado que o próprio trabalho, em sala de aula e fora dela também, pode ser um elemento qualificador.

Uma outra constatação interessante, em relação aos classificados de empregos do jornal de São Paulo, foi a detecção de anúncios redigidos completamente em inglês. A existência desses anúncios num classificado de um jornal brasileiro é fruto de um espaço de enunciação - segundo Guimarães (2000), a língua inglesa ocupa espaço dentro do espaço da própria língua portuguesa. E isto torna possível a publicação desses anúncios em jornais brasileiros. Os anúncios redigidos em inglês têm duas conseqüências: primeiro, pré-selecionam os possíveis candidatos às vagas de emprego, pois são

compreendidos somente por aqueles que conhecem esse idioma; e, além disso, indiretamente, contribuem para reforçar e estabilizar, face a todos os leitores (inclusive os que não sabem inglês), o discurso que sustenta que a língua inglesa é uma “senha” para o mercado de trabalho.

Concluindo, através da análise de anúncios de empregos constarei que o discurso da empregabilidade que sustenta que o conhecimento de inglês é uma condição *sine qua non* para se conseguir um emprego não procede na maioria dos casos, especialmente para cargos potencialmente destinados a alunos do Ensino Médio. O conhecimento de inglês aparece sim entre os requisitos de qualificação profissional nos anúncios de empregos, mas especialmente em cargos de chefia, para os quais, em geral, também se exige o nível superior de ensino. Ou seja, com inglês ou não, esses cargos não são dirigidos aos alunos do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz parte do senso comum defender que há um descompasso entre educação e mercado de trabalho. Concordo com esta posição mas defendo também, assim como Alves (1999, 2001) e Filmus *et cols* (2002), que **existe um descompasso grande entre mercado de trabalho e educação**. Esse “descompasso inverso” é silenciado em nossa sociedade através dos discursos que colocam a qualificação profissional como uma garantia de inserção no mercado de trabalho globalizado.

Em relação à qualificação profissional, o inglês é veiculado em nossa sociedade, principalmente através das propagandas de escolas de idiomas, como fundamental para garantir um emprego no mercado de trabalho globalizado. Assim, uma consequência do discurso que sustenta que o ensino de inglês da escola pública é “básico demais”, “inadequado” ou “insuficiente” para as exigências do mercado de trabalho, a identidade do aprendiz se constitui a partir da posição da negatividade. O sujeito que não fala inglês acaba sendo considerado ou até mesmo se considerando “um quase nada”.

O discurso da empregabilidade é ilusório e silencia as consequências da aplicação do modelo produtivo do toyotismo, que, ao visar a redução de custos por meio da racionalização do trabalho, aumenta o desemprego e promove o sub-emprego.

Um dos mais fortes silenciamentos promovidos pelo discurso da empregabilidade é justamente esse que envolve o desemprego, o qual, da perspectiva da globalização, não é significado como um problema interno do sistema de produção, e sim como uma consequência de uma “má educação”. Ou seja, apesar da necessidade, gerada pelo próprio toyotismo, de mão de obra qualificada, o mercado de trabalho não possui demanda suficiente para absorver quantidade significativa desta mão de obra.

Reitero que **o problema do desemprego não pode ser solucionado magicamente por meio da educação - ao contrário do que argumentam os principais organismos**

de controle mundial (como a UNESCO, o Banco Mundial e o FMI) -, uma vez que se trata de um problema econômico.

Para resolver esse problema do desemprego estrutural, a melhoria na educação não basta: *é necessário uma política de empregos que garanta a esses profissionais qualificados sua inserção no mercado de trabalho.* Assim, não precisaríamos, por exemplo, ficar justificando aos nossos alunos a necessidade do ensino em função do mercado de trabalho. Entretanto, também é difícil, como afirma Bohn (2000), justificar o ensino - em especial o de língua estrangeira - por meio da expansão educacional e cultural, devido ao forte caráter instrumental da LE.

Por outro lado, considero importante que a educação vise também preparar os alunos para “a vida real”. Infelizmente, acredito que a escola, de modo geral, não tem conseguido realizar essa tarefa. E isso ocorre porque ou desconhecemos a realidade, ou não a compreendemos ou a rejeitamos completamente⁷.

Estou certa de que começar a refletir e colocar em circulação questionamentos sobre os discursos que tratam da relação entre mercado de trabalho e ensino é uma forma válida de agir sobre a realidade que nos é apresentada e da qual, inegavelmente, fazemos parte e nossos alunos também. Considero importante compreender o mundo globalizado em toda a sua complexidade e vislumbrar, sem medo de errar, maneiras de diminuir as desigualdades sociais via educação engajada em questões sociais. **Pelo termo “desigualdades sociais” não me refiro somente às desigualdades econômicas, pois estas o senso comum já defende. Me refiro também, e principalmente, às desigualdades relacionadas à identidade, pois a cada dia que passa estou mais convicta de que estas sim são a verdadeira raiz do problema da desigualdade entre classes.**

Talvez lhe pareça difícil essa tarefa.

E é. Mas acredito que vale a pena tentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. (1999). *Trabalho e Mundialização do Capital*. Londrina: Praxis.

_____. (2001). *Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade*. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/globalization/ult2001.htm>

BAGHIN-SPINELLI, D.C.M. (2002). *Ser Professor (Brasileiro) de Língua Inglesa: Um Estudo dos Processos Identitários nas Práticas de Ensino*. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP.

BOHN, H.I. (2000). *Os Aspectos “Políticos” de uma Política de Ensino de Línguas e Literaturas Estrangeiras*. **Linguagem e Ensino**, 1, vol. 3, pp. 117-138.

⁷ Àqueles que consideram forte essa colocação remeto ao trabalho do educador Rubem Alves, que tem feito muitas críticas severas aos educadores e à escola atual.

- CAVALLARI, J.S. (2001). *Identificação e/ou Apagamento do Sujeito da Língua Materna frente ao Processo de Ensino de Inglês como LE*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado.
- FILMUS, D.; KAPLAN, C.; MIRANDA, A. & MORAGUES, M. (2002). *Ensino Médio: Cada Vez Mais Necessário, Cada Vez Menos Suficiente*. Brasília: UNESCO, SEMTEC/MEC.
- GRIGOLETTO, M. (s/d). *As Representações da Língua Estrangeira e a Constituição do Sujeito-Aluno de Línguas*. São Paulo: USP (mimeo).
- GUIMARÃES, E. (2000). *O Político nos Espaços de Enunciação*. Cáceres: Conferência proferida na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) (mimeo).
- ORLANDI, E. (1999). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- ROSA, M.A. (2003). *A Relação entre Domínio da Língua Inglesa e Empregabilidade no Imaginário Brasileiro em Tempos de Mundialização do Capital ("Globalização")*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado.
- SITY, C.V.M. (1995). *A Linguística Textual e a Análise do Discurso*. Frederico Westphalen (RS): Editora URI.
- SOUZA, M.J. (1998). *A Terceirização do Ensino de Língua Estrangeira*. In: Boletim da Associação Dos Professores de Língua Inglesa do Estado de Minas Gerais (APLIEMGE), June/July, p. 5.